

RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.938 - SP (2016/0100935-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MÁRCIO DA ROCHA SOARES**
RECORRENTE : **CLEBER DA ROCHA SOARES**
ADVOGADOS : **LUCIANA LOPES MONTEIRO PACE E OUTRO(S) - SP137552**
 JOSÉ CARLOS MONTEIRO - SP209909
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MÁRCIO DA ROCHA SOARES e outro, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. *HABEAS DATA*. ACESSO A INFORMAÇÕES. DADOS SUPOSTAMENTE EXISTENTES EM BANCO DE DADOS DA RECEITA FEDERAL. ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.507/97. DEFINIÇÃO DE INFORMAÇÃO DE CARÁTER PÚBLICO. PRETENSÃO DEDUZIDA NA INICIAL NÃO INCLUÍDA NO ÂMBITO DE ABRANGÊNCIA DO *WRIT*. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CARÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.

1. A ação de *habeas data* consubstancia instrumento direcionado a resguardar o direito de acesso a informações atinentes à própria pessoa do postulante, intimamente relacionadas à esfera de seus direitos fundamentais, seja para permitir o simples conhecimento de seu teor ou até mesmo para possibilitar a correção ou complementação dos dados armazenados.

2. O direito de obter, retificar e complementar informações de viés público – assim como qualquer outro direito albergado no ordenamento jurídico – não se reveste de caráter absoluto.

3. O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.507/97 define como de caráter público 'todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações'.

4. Existência de nítida baliza à abrangência da ação constitucional, na medida em que se exclui do âmbito de sua tutela as informações utilizadas única e exclusivamente pelo próprio órgão ou entidade que a detém, na órbita de sua competência e vinculada a sua atribuição, não

atreladas a interesse pessoal ou a direito fundamental dos impetrantes, com relação às quais não haja, ainda, nenhuma possibilidade de comunicação a terceiros. Precedentes do STJ e das Cortes Regionais.

5. Postulações incompatíveis com o manejo da ação constitucional.

Caracterização de inadequação da via eleita. Carência de interesse processual.

6. Extinção do feito sem resolução de mérito, a teor do art. 267, VI, do CPC. Apelação prejudicada" (fls. 142/143e).

Embargos de Declaração parcialmente acolhidos (fls. 154/161e).

No Recurso Especial, aviado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 267, VI, e 535, II, do CPC73.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"2.2.2 Quer dizer, as perguntas formuladas pelos RECORRENTES tem como único objetivo extrair respostas quanto a eventual registro depreciativo contra eles, já que o direcionamento de importações ao 'CANAL VERMELHO', pressupõe a existência de elementos indiciários de fraude nas importações, conforme determina a INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF N° 680/06), situação da qual os RECORRENTES não tem conhecimento, mas tem o direito de saber, cuja concessão do remédio constitucional pode servir tanto para a retificação de informações improcedentes, quanto para servir de obstáculo para eventual PERSEGUIÇÃO ou abuso de poder.

2.2.3 Nestes termos, não importa a forma como os questionamentos foram elaborados, mas o seu conteúdo, bastante claro no sentido de obter se há informações contra os RECORRENTES, ou dado depreciativo que direcione, para a fiscalização, as importações de que participem como prestadores de serviços.

2.2.4 Ademais, não se submeteu ao Poder Judiciário a forma com que os questionamentos foram elaborados, mas apenas e tão somente a apreciação quanto ao o direito de obterem, por meio das questões suscitadas, uma resposta quanto a possível informação registrada nos cadastros da ALFÂNDEGA DO PORTO DE SANTOS, que direcione TODAS as importações de que participam a uma completa fiscalização, prejudicando o livre exercício da profissão, e o motivo pelo qual ocorreram.

2.2.5 Assim, o que se busca do Poder Judiciário é a análise quanto ao direito dos RECORRENTES obterem respostas, ainda que desfavoráveis, de modo a permitir-lhes a possibilidade de sanar

eventuais incorreções. O v. acórdão recorrido vai muito além disso, adentrando ao mérito da legislação que disciplina o despacho aduaneiro, atuando como advogado de defesa dos RECORRIDOS, com justificativas absurdas para o indeferimento do pedido.

2.2.6 Portanto, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ou a legislação que regulamentou o HABEAS DATA não estabeleceram qualquer ressalva quanto ao direito do cidadão de obter informações suas que constam em registros de repartições públicas, TAMPOUCO FORMA ESPECÍFICA, o que foi corroborado com a entrada em vigor da LEI DA TRANSPARÊNCIA, sendo absurdo o v. acórdão proferido, ao extinguir o processo sem julgamento do mérito" (fls. 173/174e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, porque teria desconsiderado a Lei da Transparência.

Requer-se, por fim, "seja dado PROVIMENTO ao presente recurso, sendo totalmente reformado o acórdão recorrido, para: a) anular o v. acórdão proferido, determinando a manifestação expressa do E. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3a REGIÃO quanto a matéria omissa; b) ou ainda, superado este, que seja analisado o mérito do recurso, com o seu provimento, para conceder a ordem de *habeas data* nos termos requeridos nos termos das alíneas 'a' a 'f' da inicial, como medida de JUSTIÇA" (fl. 181e).

Contrarrazões às fls. 204/208e.

Recurso Especial admitido (fl. 214e).

A irresignação não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Com efeito, o que o ora recorrente denomina de omissão consiste, na verdade, em divergência acerca da possibilidade de consulta a informações de natureza interna da Administração Fazendária. Divergência dessa natureza desafia, em tese, recurso à superior instância, não Embargos de Declaração.

No mérito propriamente dito, melhor sorte não colhe o Especial.

Pacífica a jurisprudência deste STJ no sentido de que não é amparável por meio de *habeas data* informação de natureza privada da Administração Pública.

Senão, vejamos:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. HABEAS DATA. PRETENSÃO DE ACESSO AO REGISTRO DE PROCEDIMENTO FISCAL - RPF. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DOCUMENTO INTERNO DE USO PRIVATIVO DA RECEITA FEDERAL, QUE CONTÉM O REGISTRO DAS ATIVIDADES DOS AUDITORES FISCAIS.

1. Recurso especial no qual se discute se o *Habeas Data* é o meio adequado à obtenção do Registro de Procedimento Fiscal - RPF, que foi recusado ao impetrante.

2. Conquanto seja possível, nos termos da superveniente Lei n. 12.527/2011, o acesso às informações constantes do Registro de Procedimento Fiscal - RPF, o *Habeas Data* não é a via adequada para que o impetrante tenha acesso às informações que dele constam.

3. **É que o Registro de Procedimento Fiscal - RPF, por definição, é documento de uso privativo da Receita Federal, não tem caráter público nem pode ser transmitido a terceiros; e, de outro lado, não contém somente informações relativas à pessoa do impetrante, mas, principalmente, informações sobre as atividades desenvolvidas pelos auditores fiscais no desempenho de suas funções. Nessa linha, o acesso a esse documento pode, em tese, obstar o regular desempenho do poder de polícia da Receita Federal.**

Recurso especial improvido" (STJ, REsp 1.411.585/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/08/2014).

"*HABEAS DATA*. ART. 5º, XXXIII, **INFORMAÇÃO SIGILOSA**. DECRETO Nº 1.319/94.

I - O direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, previsto no art. 5º, XXXIII, não se reveste de caráter absoluto, cedendo passo quando os dados buscados sejam de uso privativo do órgão depositário das informações.

II - No caso dos autos, as informações postuladas, pertinentes a avaliação de mérito do oficial requerente, se encontravam sob responsabilidade da CPO - Comissão de Promoções de Oficiais e, nos termos do art. 22 do Decreto nº 1.319/94, eram de exclusivo interesse desse órgão. Depreende-se, pois, que o caráter sigiloso das informações buscadas estava, objetivamente, previsto.

Ordem denegada" (STJ, HD 56/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 29/05/2000, pp: 108).

Impossível, outrossim, determinar se as informações buscadas, ao contrário do que entendeu o Tribunal de origem, seriam, ou não, de natureza interna, pois demandaria revolvimento dos fatos e das circunstâncias da causa, providência vedada pela Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, conheço em

parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Sem honorários recursais. **Habeas data**.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora